



ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: uma revisão bibliométrica.

RURAL SETTLEMENTS UNDER AGRICULTURAL REFORM AND PUBLIC POLICIES FOR THE PROMOTION OF FAMILY AGRICULTURE: a bibliometric review.

Autor 1: Ana Paula Santos

Filiação: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da UNB

E-mail: paula.maria05@gmail.com

Autor 2: Leandro Mariani de Melo

Filiação: Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da UNB

E-mail: lemarimelo@gmail.com

Autor 3: Mauro Eduardo Dell Grossi

Filiação: Professor associado da UNB, integrante do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública

E-mail: delgrossi@unb.br

Grupo de Trabalho (GT): <<GT11. Elaboração e análise de política agrícola e políticas públicas de desenvolvimento rural >>

Resumo

Existem distintas abordagens sobre os assentamentos da reforma agrária. Este artigo apresenta uma revisão bibliométrica sobre as pesquisas recentes que abordam a reforma agrária, buscando identificar temas relevantes para pesquisas futuras, alinhados às políticas públicas de promoção da agricultura familiar. As buscas foram realizadas na base de dados Scopus, com recorte temporal de 2015-2022. Embora tenham aumentado significativamente a produção acadêmica sobre o assunto, os resultados expressaram a relevância de mais pesquisas acadêmicas referentes dos assentamentos rurais de reforma agrária alinhados às políticas públicas de fomento à agricultura familiar. O estudo mostrou que é patente a importância da promoção de políticas governamentais voltadas para a agricultura familiar, visto que esta desempenha papel importante na mitigação dos impactos ambientais, econômico e sociais em nível global. Entretanto, os autores apontam para uma carência no desenvolvimento de políticas públicas de forma mais realista que atenda às necessidades das famílias assentadas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; políticas públicas; assentamentos rurais; reforma agrária.

Abstract

There are different approaches to land reform rural settlements. This article presents a bibliometric review of recent research on agrarian reform, seeking to identify relevant topics for future research, in line with public policies to promote family farming. The searches were carried out in the Scopus database, with a time frame of 2015-2022. The results expressed the relevance of maintaining more academic research regarding rural agrarian reform settlements aligned with public policies to promote family farming, although they have increased significantly. The study showed that the importance of promoting government policies aimed at family farming is clear, as this plays an important role in mitigating environmental, economic and social impacts at a global level. However, there is a lack of development of public policies in a more realistic way that meets the needs of settled families.

Keywords: Family farming; public policy; rural settlements; land reform.



1. INTRODUÇÃO

A nível mundial a reforma agrária permanece sendo um marco da justiça social. Com os primeiros registros do império romano, os irmãos Graco já promoviam distribuição de terras visando aumento da oferta de alimentos (WU, 2017). Na idade moderna, na Revolução Francesa a terra, comandada por uma casta nobre, foi distribuída aos camponeses (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018). Outros países, a exemplo da Japão, Itália, China e Estados Unidos também distribuíram as terras de maneira a cumprir sua função social (LEITE; ÁVILA, 2007; OLIVEIRA, ITO, SENÔ, 2020).

No Brasil a distribuição de terras sempre foi motivo de atenção no período de ocupação colonial, mas um marco legal importante foi a lei de terras de 1.850 (BENATTI, 2009). Na academia nacional a distribuição das terras ganhou relevância na década de 1950, a partir do desenvolvimento industrial, com o aumento da urbanização, quando o país deixou de ser apenas agrícola (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018). Assim, a luta pela reforma agrária e o trabalho dos pequenos agricultores familiares, que além de produtivo passou a ser também simbólico, permitindo a formação da sua identidade social (OLIVEIRA; ITO; SENÔ, 2020).

Nesse sentido, ressalta-se o papel de relevância desempenhado pelos assentamentos rurais de reforma agrária, que se alicerçam na justiça social fundada na valorização do trabalho humano, assegurando a todos uma existência digna de combate à desigualdade no campo. O acesso à terra visa a proteção à propriedade familiar a fim de buscar mecanismos para compensar as disparidades sociais (MUÑOZ; GÓMEZ; SOARES; JUNQUEIRA, 2016).

Atualmente, no contexto brasileiro, para muitos autores permanece a necessidade de reestruturar os sistemas agroalimentares com a realização de uma reforma agrária que redistribua a terra concentrada em latifúndios e promova a produção descentralizada de alimentos saudáveis (ALENTEJANO, 2020). Um debate atual é a recente implementação do Programa de Consolidação de Assentamentos – Produzir Brasil, política pública que pretende assegurar projetos atinentes da reforma agrária com o fomento na produção em cadeias de valor, pautando-se em três pilares: Produtivo, Desenvolvimento Social e Agroambiental (ANATER, 2021). Tal programa incentiva colaborações comerciais que permite o ingresso a mercados e fornece preços justos a produtos, contando com suprimentos de qualidade apropriada, adotando instrumentos tecnológicos adequados que aprimorem habilidades dos agricultores de gerenciar seus negócios (ANATER, 2021; VERANO; FIGUEIREDO; MEDINA, 2021).

Pela origem dos agentes que se propuseram ao programa de consolidação, sendo tal dinâmica corresponde a uma forma de liberdade, de modo que a efetiva emancipação humana e social da classe trabalhadora camponesa é, por seus fundamentos, a função social do Estado que atua através de políticas públicas voltadas para amparo e desenvolvimento dos pequenos agricultores que se estabelecem nos assentamentos rurais (MEDINA, 2016). Todavia, o cenário que ainda prevalece mostra que o desdobramento da desigualdade social é uma tendência progressiva e não decrescente da reprodução do capital, um dos gargalos que reflete na construção da identidade social dos assentados (CARAMURU, 2018). Portanto, os programas aos agricultores familiares assentados precisam estar aliados a outras políticas públicas para se tornarem efetivos (DEL GROSSI; ROITMAN; DE OLIVEIRA, 2020; PRADO JR., 1979).

À vista disso, este texto visa auxiliar nos debates pautando-se em três pilares: Produtivo, Desenvolvimento Social e Agroambiental. Em outras palavras, procura-se identificar quais são os desafios e impasses atuais de implementação das políticas públicas no âmbito dos assentamentos rurais? Qual o seu efeito sobre desenvolvimento socioeconômico? Portanto, esse artigo visa investigar e apresentar o debate presente no contexto dos assentamentos rurais a



nível internacional, com ênfase nas políticas públicas direcionadas à este segmento. Esta análise bibliométrica foi realizada com o auxílio dos softwares *VOSviewer* e *CiteSpace*, destacando as publicações mais recentes entre os anos de 2015 a 2022 através da plataforma de base de dados Scopus.

2. REVISÃO DE LITERATURA

No que se refere aos **assentamentos rurais**¹, tal política pública foi instituída no Brasil como forma de reduzir a enorme lacuna ainda existente na distribuição fundiária do país juntamente com a aplicação da política agrária (ALENCAR *et al.*, 2016; FARIAS *et al.*, 2018).

Nesse contexto, é importante enfatizar a relevância da consolidação de terras rurais (RLC) como aborda Wang *et al.*, (2022), que, na China, alcançou o uso sustentável da terra combinando a reforma do sistema fundiário como um meio importante para consolidar as conquistas da erradicação da pobreza (WANG, *et al.*, 2022). Portanto, os benefícios percebidos do RLC envolvem interesses de várias partes, como governo, investidores sociais e famílias, quando diferentes partes interessadas cooperam entre si para buscar a estratégia ideal de consolidação das terras rurais objetivando a emancipação destes pequenos produtores familiares (WANG, *et al.*, 2022).

Entretanto, segundo Li e Song (2020) vislumbram-se impactos potenciais em relação às novas políticas de urbanização e os desdobramentos do intenso desenvolvimento de urbanização na evolução dos assentamentos rurais, especialmente na China, pois conforme os autores "desde a implementação da política de urbanização de novo tipo da China (de 2014 até o presente), mais de 67 milhões de pessoas migraram, com grandes impactos nas áreas urbanas e rurais" (LI; SONG, 2020, p. 3).

Assim, na discussão sobre **políticas públicas**² para assentamentos rurais, entre práticas idealizadas e possíveis, constata-se uma distância entre a concepção de desenvolvimento rural nas políticas públicas e a realidade dos trabalhadores assentados. Pois, a forma como as associações cooperativistas vem sendo institucionalizadas demonstram um padrão de construção de políticas que desconsideram as conjunturas objetivas e subjetivas da parcela trabalhadora (ROCHA NETO; BORGES, 2016).

Na visão de Rocha Neto e Borges (2016) evidencia-se “uma tendência à partidarização das políticas públicas, adotadas para assegurar projetos de poder, das legendas e de indivíduos” (ROCHA NETO; BORGES, 2016, p. 471). Nesse sentido, Rocha Neto e Borges (2016) enfatizam o impacto histórico do presidencialismo de coalisão no Brasil em que a maneira de conduzir as políticas governamentais implica, de um lado, a constituição de um modelo perverso na qual as ações do Estado tornam-se cada vez menos republicanas e tendenciosas baseados em interesses particulares tornando-se também um modelo partidário (ROCHA NETO; BORGES, 2016).

Nesta perspectiva, segundo Melo e Scopinho (2018) também há um impasse na implementação das políticas públicas no âmbito dos assentamentos rurais e suas entidades cooperativas (MELO; SCOPINHO, 2018). Posto que, conforme relata, a composição que é estabelecida dessas organizações para acessarem “políticas públicas destoam da realidade precária dos assentamentos, que carecem não só de infraestrutura mínima para o trabalho na agricultura como também de formação técnica e política dos trabalhadores” (MELO; SCOPINHO, 2018, p. 63). Portanto, infere que as políticas públicas voltadas para os assentados não correspondem às reivindicações factuais desses sujeitos, conforme as condições para

¹ Primeiro tópico da revisão de literatura a respeito da consolidação dos assentamentos rurais.

² Segundo tópico da literatura que discute sobre as políticas públicas nos assentamentos rurais.



construção e preparo para a incorporação dos seus produtos no mercado (MELO; SCOPINHO, 2018).

À vista disso, Melo e Scopinho (2018) ressaltam “que o sonho destes trabalhadores de fazer da agricultura a sua principal atividade e sair da condição de ‘assistido’ ou de assalariado tem contado, cada vez menos, com o apoio efetivo das políticas públicas” (MELO; SCOPINHO, 2018, p. 82). Nesse sentido, Castillo *et al.*, (2022) também citam, inclusive, o Programa de Aliança Produtiva (PAP) do Chile que visa aumentar o bem-estar e melhorar o acesso ao mercado para pequenos produtores, desenvolvendo uma agricultura sustentável em termos sociais e ambientais. Os autores abordam elementos centrais do modelo PAP que incentivam compradores e pequenos produtores a participar do programa visando uma incorporação no mercado em nível nacional e internacional (CASTILLO *et al.*, 2022). No entanto, apontam que “um dos problemas mais urgentes nas áreas rurais do Chile é a diminuição do número de empregos na agricultura e a urbanização desses territórios” (CASTILLO *et al.*, 2022, p. 7). Nessa perspectiva, nota-se uma inconstância das políticas públicas que fomentem meios e oportunidades de permanência nas áreas rurais (CASTILLO *et al.*, 2022).

Além disso, a maioria dos extremamente pobres vivem em áreas rurais, sendo a agricultura uma parte importante de seus meios de subsistência. Nesse caso, as políticas para promover o crescimento agrícola são essenciais, a visto disso Lowder *et al.*, (2018) afirma que tanto a proteção social quanto às políticas agrícolas são necessárias para a redução da pobreza (LOWDER; CROPPENSTEDT; KNOWLES, 2018).

Desse modo, para se falar em **reforma agrária**³ é preciso que exista, de fato, não só uma política pública de assentamento de famílias, mas enfatiza-se para indispensabilidade da permanência do apoio, especificamente quanto a assistência técnica (DEL GROSSI; ROITMAN; DE OLIVEIRA, 2020; ALSTON; LIBECAP; MUELLER, 1999).

Sendo assim, políticas que englobam: a reforma agrária, o crédito rural, a extensão rural e a educação do campo, são fundamentais instrumentos para assegurar que os agricultores familiares assentados amplifiquem suas potencialidades no mercado do agronegócio (ALSTON; LIBECAP; MUELLER, 1999), ressalta-se, assim a importância dessas políticas como forma de assistência ao assentados, visto que nesse contexto “os assentados estão inseridos na categoria agricultura familiar, porque a mão de obra utilizada basicamente é a familiar, com uso esporádico de mão de obra temporária” (DEL GROSSI; ROITMAN; DE OLIVEIRA, 2020, p. 101).

Lopes e Souza Lopes (2018) enfatizaram a relevância dos serviços de assistência técnica e extensão rural, para isso citam como um exemplo o Projeto de Assentamento Quilombo dos Palmares no município de Touros-RN que, embora tenha experimentado a implementação de políticas públicas de assistência técnica de forma considerável nem mesmo a transferência da posse da terra foi o bastante para a permanência das famílias agricultoras nas regiões rurais (LOPES; SOUSA LOPES, 2018). Apontam que isto se deu devido uma lacuna quanto à qualidade e continuidade na assistência técnica prestadas, posto que não ocorreu um prosseguimento da política pública anteriormente assegurada no contrato de execução dos trabalhos no assentamento (LOPES; SOUSA LOPES, 2018).

3. Procedimento metodológico

Esse estudo possui como objetivo de mapear a produção acadêmica usados para discussão a respeito dos temas: “Assentamentos Rurais”, “Políticas Públicas” e “Reforma Agrária” na concepção de “agricultura familiar” no campo acadêmico brasileiro e internacional.

³ Terceiro tópico da revisão de literatura que discorre sobre a instituição da reforma agrária.



Foram empregados procedimentos metodológicos através de uma análise bibliométrica utilizando o *software VOSviewer 1.6.17* e *CiteSpace* versão 6.1.4. msi. Este estudo visualizou padrões de co-ocorrência de palavras-chave, citações de documentos e mapeamento de palavras-chave primárias. A plataforma de busca de literatura científica foi a Scopus, com a coleta de dados realizada no mês de dezembro de 2022. Os softwares de identificação de similaridades *VOSviewer* e *CiteSpace* visam fornecer facilmente uma formação e visualização de mapas bibliométricos, assim este método permitiu coletar literatura de forma eficiente e estabelecer as inter-relações entre as publicações escolhidas dentro das opções.

Os termos da pesquisa na base de dados Scopus são apresentados no quadro 1.



Quadro 1. Pesquisa de dados no banco de dados Scopus.

Base de dados:	Scopus
Pesquisa em:	Títulos, resumos ou palavras-chave
Período:	2015 - 2022
Lista de palavras-chave e operadores booleanos:	Rural settlements <i>AND</i> (rural reform <i>OR</i> public policy)
Idiomas encontrados na lista	Espanhol, português e inglês

Fonte: autores (2023)

Assim, durante o período determinado de janeiro de 2015 a dezembro de 2022, a partir de três palavras-chave utilizadas na pesquisa sendo os termos: (rural settlements* *AND* (rural reform* *OR* public policy*)), isto, somado aos *Operadores Booleanos (AND e OR)* que auxiliaram na busca que relacionou um total de 274 documentos publicações que foram recuperadas na base de dados da Scopus a partir dos termos submetidas, isto, pesquisando dentro dos títulos, resumos ou palavras-chave dos documentos bibliográficos inseridos na plataforma.

Ressalta-se, todavia, que a escolha do período de 2015 a 2022 mencionado acima se baseia especialmente por objetivar o levantamento de uma literatura bibliográfica recente que abordam a temática discutida na pesquisa, assim permitido analisar o contexto recentes das políticas públicas voltada aos temas agrários.

Os resultados localizados na Scopus foram exportados no formato RIS para serem processados usando o *VOSviewer* e *CiteSpace* para visualizar e analisar as tendências no formulário bibliométrico.

4. Resultados

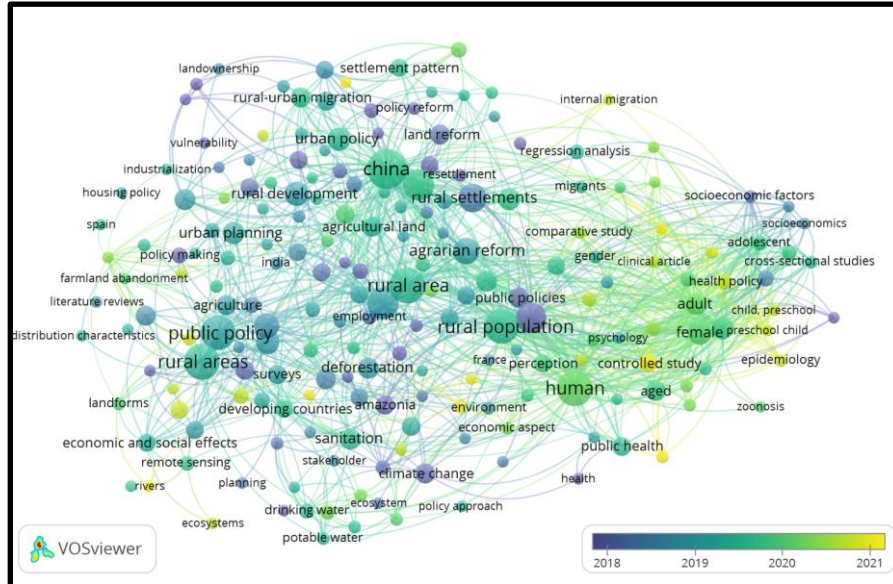
Neste capítulo expõe-se os resultados obtidos a partir das análises extraídas das referências bibliométricas abrangentes do Software *VOSviewer* versão 1.6.17. e *CiteSpace* versão 6.1.4. msi, assim realizando uma análise visual dos mapas de conhecimento da literatura gerados a partir da temática abordada neste artigo.

4.1 Análise da co-ocorrência de palavras-chave da tendência de pesquisa

Resultados da pesquisa com base na análise bibliométrica possibilitou visualização de mapas de rede com base em palavras-chave. A primeira análise, **Figura 1**, a técnica de agrupamento em três grupos foi usada para destacar sete clusters contendo 201 itens correlacionados ao palavras de co-ocorrência, assim a representa a visualização de rede que surgiu nos artigos científicos mostrando o número de ocorrências da palavra no artigo e a relação das palavras-chave.

Enquanto no lado esquerdo e inferior da **Figura 1** aparecem palavras-chave relacionadas ao conceito de políticas ligadas a fatores socioeconômicos e os aspectos ambientais apresentaram os termos desmatamento e Amazônia. Isso pode ser compreendido, visto que a fomentação de políticas públicas nos assentamentos rurais leva em consideração tais aspectos ressaltados no âmbito da agricultura familiar.

Figura 1. Mapeamento bibliométrico de co-ocurrence *VOSviewer*

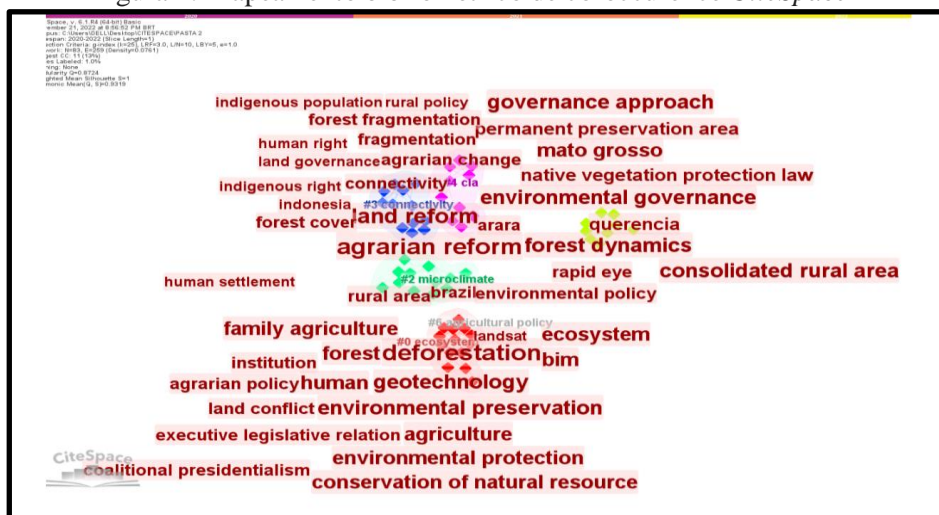


Fonte: Autores, elaborado a partir do *software VOSviewer*

Na rede, cada cor representa um grupo de termos mesclados em clusters que determinam o ano de publicação, e o comprimento das linhas curvas especifica a conexão aproximada da repetição do termo, enquanto a espessura mostra a força dos pares de áreas temáticas ou palavras-chave. Os clusters representam a relação entre um tópico e outro sendo a cor amarela as temáticas mais atuais a partir do ano de 2021 discutidas ao tratar-se a respeito dos assentamentos rurais de reforma agrária. Nesse sentido, nota-se que os países mais associados a esta pesquisa são a China, Índia e França.

No topo das palavras-chave mais visíveis relacionadas às políticas públicas vinculadas ao desenvolvimento rural e seus fatores socioeconômicos entre os anos de 2018 final de 2019 com mais ênfase, há uma indicação de que os assentamentos rurais têm, conforme as ligações do mapa bibliométrico uma estreita associação com a partir do ano de 2020 até o momento aos aspectos de migração da área rural para área urbana, especialmente ao destacar como agentes os adolescentes e adultos, conforme apresentado na **Figura 2**.

Figura 2. Mapeamento bibliométrico de co-ocurrence *CiteSpace*



Fonte: Autores, elaborado a partir do *software CiteSpace*

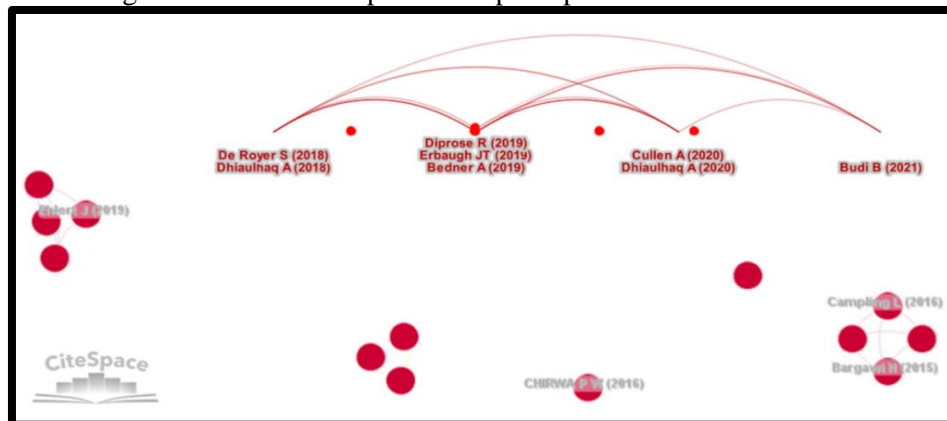
Da imagem vê-se um grande cluster que alberga assentamentos rurais e depois as várias séries termos ligados à sustentabilidade ecossistêmica, à direita vê-se o aspecto dominante da legislação e políticas públicas referentes aos aspectos de reforma agrária. A **Figura 3** de co-ocurrence do mapa mostra o histórico assentamentos rurais como um importante instrumento para a desenvolvimento ambiental ao destacar os termos relacionados a preservação dos recursos naturais, permanência da vegetação nativa vinculados entre si as políticas públicas e agrárias envolvendo a agricultura familiar e as populações indígenas.

As ligações das palavras-chave indicam que os assentamentos de reforma agrária que ligam ao favorecimento da conservação e manutenção dos recursos naturais, assim constata-se as contribuições dos assentamentos rurais para o processo dinâmico contra o desmatamento na região da Amazônia legal, isto como as famílias assentadas têm a assistência técnica que incentive a consolidação das áreas rurais de forma sustentável, educado os pequenos agricultores assetados como agentes relevantes neste processo, além de preservar a terra e seus recursos, conforme destacado nos clusters. O mapa da **Figura 3** ressalta termos referentes que abordam um contexto histórico ao enfatizar a política polarização, política agrária e presidencialismo de coalizão no Brasil.

4.2 Análise dos autores e os temas abordados

Nesse contexto, a **Figura 4**, ao analisar a rede de autores, pode-se estabelecer os mais representativos relacionados à pesquisa no campo dos assentamentos rurais de reforma agrária e os principais aspectos da temática. Assim, a partir do mapa bibliométrico gerado destaca-se os autores mais significativos no entre o período de 2018 a 2021.

Figura 3. Linha do tempo com os principais autores sobre o tema.



Fonte: Elaborado a partir do *software CiteSpace*

De forma que o *software CiteSpace* foi usado para sobrepor e visualizar a colaboração do autor em redes com mais de 5 artigos publicados, deste modo dentre os assuntos ressaltados pelo *software* resultou em três clusters principais em que foram acentuados como autores-chave referentes a cada respectivo cluster, conforme a **Figura 5**.

Ao investigar sobre a reforma agrária (cluster 0), o autor Alemán E., aparece em destaque, em seguida no (cluster 1) relacionado a agricultura na fronteira da região Amazônica, ressalta-se o autor Farias MHCS e o autor Alencar A., por sua vez no (cluster 2) ao avaliar como assunto referência sendo os assentamentos legais na região do amazônica no Brasil frisa os autores Nepstad D., e Fearnside PM., ao final o (cluster 2) que trata do presidencialismo de



coalisão referenciando como principal autor Lowder SK.

Figura 4. Linha do tempo elaborada com palavras-chave e cluster elaborada pelo Citespace.



Fonte: Elaborado a partir do *software CiteSpace*

Nesse mesmo sentido, no **Quadro 2** demonstra a partir do relatório extraído do *software CiteSpace* a identificação dos principais clusters e assuntos apontados na pesquisa, contendo os respectivos valores de impactos de cada tema principal e subtemas, além de ressaltar os principais anos de publicação apresentado de acordo a literatura bibliográfica apontada pelo *CiteSpace* ao examinar a temática discutida.

Quadro 2. Principais clusters das palavras-chave detectadas com a *CiteSpace*

ClusterID	Size	Silhouette	Label (LSI)	Label (LLR)	Label (MI)	Average Year
0	21	0.973	brazil	agrarian reform (2.77, 0.1)	amazonian agricultural frontier (1.09)	2020
1	13	0.939	the role of environmental legislation and land use patterns on riparian deforestation dynamics in an amazonian agricultural frontier (mt, brazil)	amazonian agricultural frontier (3.69, 0.1)	amazonian agricultural frontier (0.21)	2021
2	11	1	hule zoning in the "madeira river" settlement, legal amazon, brazil, before and after implementation of the rural environmental registry (car) (2008-2018)	settlement legal amazon brazil (4.2, 0.05)	settlement legal amazon brazil (0.17)	2022
3	9	0.975	appearances can be deceptive: political polarization, agrarian policy, and coalitional presidentialism in brazil	coalitional presidentialism (3.69, 0.1)	coalitional presidentialism (0.21)	2020

Fonte: *software CiteSpace*

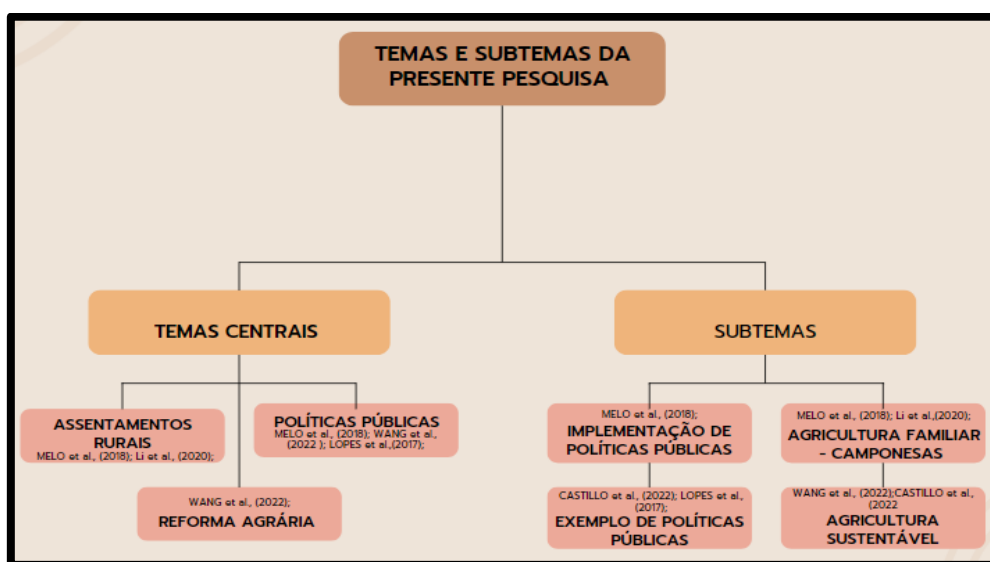
Assim, vislumbra-se o Cluster 0 que salienta como tema principal a reforma agrária vinculada ao submeta a agricultura na fronteira da região Amazônica, especialmente no ano de 2020, neste seguimento ocorre no Cluster 1 o debate do assunto destacando, entretanto, a legislação ambiental e a forma do uso padrão das terras na fronteira da Amazônia e seus impactos na reparação da deflorestação dos territórios rurais, especificamente com ênfase no ano de 2021.

Nesse sentido, o Cluster 2, aborda como assunto principal os assentamentos legais na Amazônia,

ou seja, um estudo da mobilização na criação de políticas públicas que englobem a implantação de ações ambientais voltadas ao combate do surgimento ou acentuação dos passivos ambientais e a degradação dos ativos ambientais existentes em áreas localizadas na Amazônia Legal. Uma vez que, dentre os assuntos acordados nos resultados avaliados, é que poucas políticas governamentais são destinadas especificamente aos projetos de assentamentos existentes nessas áreas, através da conciliação dos objetivos da Reforma Agrária e da preservação ambiental. Percebe-se também ser uma das temáticas mais recentes pesquisadas a respeito das políticas públicas de fomento da agricultura das famílias assentadas com publicações do ano de 2022.

Por fim, o Cluster 3 enfatiza a criação de novas políticas públicas isentas voltadas especialmente para esse âmbito, além de notar resquícios do presidencialismo de coalisção na sua constituição e implementação no Brasil, sendo um assunto mais discutido no ano de 2020 pelos pesquisadores.

Figura 5 – Estado da arte referente aos assentamentos rurais de reforma agrária alinhados às políticas públicas de promoção da agricultura familiar - Temas e subtemas da pesquisa apresentados



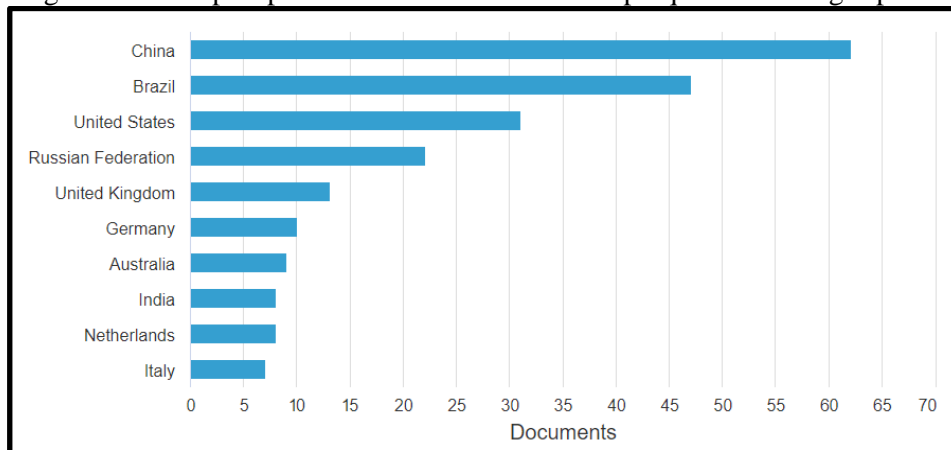
Fonte: autores (2022)

Por outro lado, que conforme a **Figura 5** os temas centrais abordados a partir da revisão bibliométrica do *software VOSviewer* e CiteSpace enfatiza-se os termos levantados na literatura no decorrer da pesquisa: assentamentos rurais, políticas públicas e reforma agrária.

A referência aos subtemas frisa como eles se relacionam com os temas centrais, isto é, com a finalidade de compreender os conceitos e como são os processos que vem se realizando nos mais diversos países, salientando os termos ‘agricultura sustentável’, ‘familiar’ e exemplos de ‘implementação de políticas públicas’ instituídas em diversos países constatados no decorrer da pesquisa.



Figura 6 - Principais países de desenvolvimento de pesquisa com artigos publicados.



Fonte: base de dados Scopus (2023)

Desse modo, também é interessante trazer à luz e evidenciar os respectivos países concebidos no desdobramento do estudo para a promoção das pesquisas de políticas públicas de fomentação aos agricultores familiares assentados. Portanto, na **Figura 6** podem examinar os países onde se estão desenvolvendo maior quantidade de pesquisas a respeito da temática abordada, no qual a China é líder com a produção de uma média superior a 60 documentos no período, seguido da Brasil com a produção de 45 documentos, em seguida os Estados Unidos com 30 documentos, seguido pela Rússia representa a produção de 20 documentos científicos, pelo Reino Unido com mais de 10 documentos identificados, Alemanha apresentando 10 produções e, por fim, Austrália, Índia, Países Baixos e Itália tendo publicações superiores a 5 documentos respectivamente.

5. DISCUSSÃO

Os principais países que desenvolvem pesquisas neste campo destacam-se o Chile, China, Colômbia e Países na Europa, além do Brasil, ao debater a fomentação e articulação das políticas agrárias compatível à realidade dos assentamentos rurais de reforma agrária, considerando, deste modo, às demandas concretas e as particularidades das famílias agricultoras.

5.1 Políticas públicas articuladas a agricultura familiar e o presidencialismo de coalizão no Brasil

Conforme os resultados obtidos, evidencia-se que as políticas públicas de fomento à agricultura familiar e reforma agrária têm sido estudadas de forma significativa (LOWDER, 2018). Entretanto, conforme os resultados examinados, ainda há impasses a respeito da bem-sucedida implementação, à vista disso, o estudo bibliográfico provou que o presidencialismo de coalizão influência de forma concreta nas políticas agrárias, assim patenteando um caráter antagonista existente dentro das instituições governamentais, muito em virtude das suas lógicas particulares, estabelecidas por seus respectivos dirigentes (ROCHA NETO, 2016; LOWDER, 2018).

De modo que, ainda há a persistência de lacunas referentes às questões vinculadas às integrações das ações vinculadas as entidades representantes do Estado que deveriam conduzir-se de forma integrada e não o oposto (ROCHA NETO, 2016). Neste sentido, cita-se, por exemplo, o Projeto de Assentamento Quilombo dos Palmares no município de Touros-RN em que os pesquisadores Lopes e Souza (2018) constataram que um dos desafios no projeto de



assentamento sendo uma lacuna expressiva deixada pelos trabalhos implementados da ATER nos assentamentos rurais dos Palmares. Nesse seguimento, segundo os autores, “durante o período de cinco anos o projeto de assentamento estava totalmente descoberto de qualquer apoio governamental permanente” (LOPES; SOUSA LOPES, 2018, p. 7).

O que reflete um processo de descontinuidade e fragilidade dos programas governamentais, isto quando não se considera o interesse de ambas as partes, apontam-se uma lacuna quanto a qualidade e continuidade no desenvolvimento de atividades relacionadas as assistências técnicas prestadas nas regiões dos assentamentos de reforma agrária e seus pequenos agricultores familiares (LOPES; SOUSA LOPES, 2018). Nesse sentido, é nítido um obstáculo que reflete na eficiência e sucesso desses programas, a carência, especialmente quanto a uma política agrícola bem direcionada, bem planejada e com continuidade ao longo dos anos (LOPES; SOUSA LOPES, 2018).

Diante desse cenário, observa-se que esses impactos são resquícios da estruturação do presidencialismo de coalizão sobre as políticas públicas, especificamente no contexto brasileiro, corrobora com sua desintegração e rivalidade dentre as entidades do Estado, além de afetar os sujeitos a que essas políticas são direcionadas (ROCHA NETO, 2016).

Nesse sentido, Rocha Neto (2016, p. 471) afirma que “o perfil fragmentário dos ministérios fez surgir, ampliou, acentuou e fortaleceu a feudalização da máquina pública em todos os níveis e naturalizou perante os partidos o mecanismo de distribuição de cargos dos altos escalões, em troca de apoio aos projetos do governo”, ou seja, sem levar em consideração a reais necessidades dos pequenos agricultores como o apoio técnico, promoção a educação agrícola dentre outras medidas (ROCHA NETO, 2016; LOWDER, 2018). A partir dessa conclusão, a abordagem da relevância de políticas públicas isentas que reflitam as necessidades concretas da população, isto é, que as instituições federais, use seus recursos financeiros e programas governamentais não como sendo ferramentas de barganhas ou trocas objetivando angariar apoio político (LOPES; SOUSA LOPES, 2018).

Por fim, vislumbra-se a relevância da consolidação e promoção das políticas públicas atinentes à realidade dos assentamentos rurais, isto considerando às necessidades efetivas e particulares das famílias assentadas e a promoção da permanência das políticas agrárias, assim como ressalta Lopes e Souza, uma vez que o Brasil está em um momento ímpar de sua história, com a conquista da consolidação de um governo democrático e popular que permite uma trajetória para que ocorra a concreta participação e o controle social a respeito do desenvolvimento das políticas públicas, de forma que se constitua possibilidades efetivas para que a estrutura estatal e os serviços públicos, de modo geral estejam à disposição da população (LOPES; SOUSA LOPES, 2018).

5. 2 Políticas públicas de produção de alimentos: acesso de pequenos produtores familiares ao mercado

Ao refletir-se a respeito da dinâmica de reconstrução da agricultura familiar e camponesa nos assentamentos da reforma agrária, ressalta-se, segundo os resultados expostos, a relevância e potencialidades das compras governamentais de alimentos dos pequenos agricultores familiares, visando diferentes estratégias por meio das quais os agricultores e suas organizações mobilizam instrumentos de políticas públicas (SCHMITT, 2015).

Neste seguimento, evidencia-se a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no ano de 1996, resultado dos debates desdobrados da década de 90 em que almejava o amparo e o devido reconhecimento da agricultura familiar como uma categoria social pelas políticas governamentais, uma vez que esses agricultores não eram sujeitos de políticas públicas específicas (SCHMITT, 2015).



Em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) veio para impulsionar a comercialização pelas famílias agricultoras, por meio de compras públicas com dispensa de licitação, trata-se de um exemplo de combinação de políticas públicas, como assistência social, educação, agricultura e ordenamento do território, especialmente ao tratar-se dos assentamentos de reforma agrária no Brasil (SCHMITT, 2015).

Outro marco na literatura é o Programa de Aliança Produtiva (PAP) instituído no Chile em 2007 no âmbito do Ministério da Agricultura, atendendo 3.600 pequenos produtores chilenos, visando aumentar o bem-estar e melhorar o acesso ao mercado comercial em nível nacional e internacional, relacionando pequenos produtores e grandes empresas, além de promover uma agricultura sustentável em termos sociais e ambientais (CASTILLO *et al.*, 2022). Para isto, constituem-se parcerias comerciais fornecendo subsídios para estabelecer condições que permitam aos agricultores construir novas capacidades e habilidades (CASTILLO *et al.*, 2022). Ressalta-se, Castillo *et al.*, (2020) que “embora o principal resultado do programa não esteja relacionado a um aumento significativo na renda dos pequenos produtores, os participantes percebem ganhos mais estáveis, incerteza reduzida e melhoram suas habilidades” (CASTILLO *et al.*, 2022, p. 1).

Nesse contexto, constata-se diferentes estratégias em diferentes países por meio das quais os agricultores e suas organizações mobilizam instrumentos de políticas públicas e conexões de mercado, ampliando seu espaço de manobra e capacidade de agência. Assim, conforme os resultados de estudos levantados, destaca a relevância do papel desempenhado pelo Programa de Aquisição de Alimentos (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA), posto que o Brasil, demonstra-se com potencialidades das compras governamentais dos alimentos cultivados pelas pequenas famílias agricultoras como uma estratégia de desenvolvimento econômico devido ao aumento de renda (SCHMITT, 2015).

Entretanto, no que tange ao mercado de crédito de subsídios disponibilizados como apoio político do governo estão sujeitos a várias condições que os pequenos produtores, especialmente os familiares, têm dificuldade em cumprir, por exemplo, procedimentos de solicitação complexos, altos requisitos de cofinanciamento e pagamento mínimo e compromissos de longo prazo. Além disso, em países onde grande parte da agricultura ainda está nas mãos do Estado ou controladas pelo Estado (por exemplo, Bielorrússia, Ucrânia), as fazendas familiares precisam competir com as empresas agrícolas que têm gerentes mais instruídos e com melhor compreensão de como solicitar crédito (DAVIDOVA; THOMSON, 2013). No Quirguistão país da Ásia Central, por exemplo, o relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) enfatizou que apenas algumas empresas encontraram a possibilidade de trabalhar com os pequenos agricultores. Assim, os pequenos produtores familiares geralmente estão em grande desvantagem, especialmente quando a terra não pode ser usada como garantia de empréstimo (SUESS-REYES; FUETSCH, 2016).

Assim, conclui-se que a pesquisa demonstra a relevância da fomentação dos programas de inserção dos agricultores familiares de acesso ao mercado e a necessidade de uma menor burocratização de auxílio de crédito oferecidos pelos governos na esperança de iniciar atividades lucrativas (CASTILLO *et al.*, 2022). A partir disso, avaliam-se impactos significativos da presença constante da sociedade civil organizada e alinhada aos movimentos organizados do campo, que ajudam a corrigir e incrementar as ações, conferindo legitimidade aos programas, visto que associados entre si tendem a ter reflexos positivos de políticas públicas de assistência social, educação e produção para as famílias assentadas ao fornecer treinamento direcionado sobre requisitos de mercado as políticas públicas permite que pequenos produtores estabeleçam alianças comerciais estáveis, melhorando sua capacidade



produtiva e de gestão (SCHMITT, 2015).

5. 5 Produção agrícola sustentável e sua promoção global no âmbito da agricultura familiar

A produção agrícola sustentável é um dos desafios mais prementes diante das diversas crises desencadeadas pela mudança ambiental global. Nesse contexto, a agricultura familiar está exposta a severas mudanças econômicas, políticas e especialmente ambientais, uma vez que, conforme os resultados e análises discutidas percebe-se que esse seguimento ocupa uma grande proporção da terra total na maioria dos países, as medidas políticas para influenciar o comportamento do agricultor são importantes para conservar os recursos naturais, como solo, água, biodiversidade e paisagem. Deste modo, enfatiza-se a relevância das construções de políticas de governo que busquem fortalecer cadeias de valor que incorporem a agricultura sustentável de pequena escala (VAN DER PLOEG, 2014).

Nessa perspectiva, uma abordagem promissora, mas dispendiosa, é pagar aos agricultores para conservar o meio ambiente ou, em outras palavras, pagar-lhes pelo fornecimento de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) que concede incentive econômico para produtores rurais, agricultores familiares e assentados pelos serviços ambientais prestados em suas propriedades que geram benefícios para toda a sociedade (DAVIDOVA; THOMSON, 2013). A União Europeia e alguns outros países da Europa e Ásia Central (ECA) adotaram essa abordagem, mas, além do custo orçamentário, é necessário estabelecer metas e critérios apropriados. Muitas vezes, especialmente em áreas habitadas por pequenos agricultores familiares, pode ser mais eficaz e mais eficiente envolver os agricultores familiares como um grupo para conservar o meio ambiente em uma determinada área, como uma bacia hidrográfica (DAVIDOVA; THOMSON, 2013).

Os resultados também sugerem outra maneira pela qual o setor agrícola do governo e a instituição de suas políticas advertidamente leva à postura de um cultivo sustentável por parte dos pequenos produtores familiares em diversos países, neste sentido ressalta-se a implementação do programa governamental de Aliança Produtiva (PAP) do Chile que visa dentre os seus principais objetivos fomentar o desenvolvimento sustentável dos pequenos produtores familiares e que potencialmente pode reduzir imigração de mão-de-obra a nível rural e setorial e, concomitantemente, permitir espaço no mercado para alimentos frescos e saudáveis para a população dentro e fora das áreas rurais (CASTILLO *et al.*, 2022).

Denota-se, inclusive, que as práticas agroecológicas e a diversificação da pequena agricultura familiar em Cuba que em resposta aos muitos desafios da agricultura global, as fazendas familiares estão respondendo com inovações locais, identificando exemplos bem-sucedidos de fazendas agroecológicas, ou “faróis agroecológicos”, que se mostraram práticas inovadoras e compartilharam tais experiências com outros agricultores familiares para organizá-los nos processos que favorecem a resiliência socioecológica da agricultura familiar e a soberania alimentar no país (VAN DER PLOEG, 2014). Ressalta-se, ainda que produzem muito mais alimentos por hectare do que a exploração comercial da agricultura industrial (CASIMIRO RODRÍGUEZ; CASIMIRO GONZÁLEZ, 2018).

Neste seguimento, na Colômbia a agricultura familiar também permanece sendo um importante arranjo socioeconômico o qual vem aderindo a iniciativas que promovam inovações sustentáveis no campo, trata-se de abordagens alternativas às condições de subsistência e às necessidades das famílias agricultoras colombianas sendo um exemplo notável é o estabelecimento de “escuelas campesinas de agroecologia”, que pode ser traduzido como “escolas camponesas de agroecologia” que se refere a grupos de agricultores que se comprometem a se reunir regularmente para realizar treinamentos com o objetivo de



aprendizado mútuo e o treinamento está diretamente ligado à aplicação prática de princípios de acordo com as condições específicas das famílias agricultoras participantes e é dada ênfase à promoção da troca de conhecimentos e experiências entre as famílias participantes (ORTIZ *et al.*, 2018). Nesse contexto, as associações de agricultores podem contribuir efetivamente para a sustentabilidade da agricultura familiar colombiana e, dessa forma, apoiar iniciativas que visam alcançar a difusão mais ampla de práticas sustentáveis da agricultura familiar (ORTIZ *et al.*, 2018).

Portanto, destaca-se a necessidade de desenvolvimento de uma política pública mais realista e direcionada a este segmento, através da conciliação de aspectos sociais, produtivos e ambientais, onde a premissa básica seja reduzir ou eliminar a pressão exercida sobre o meio ambiente, assegurando e inserido no cotidiano dessas famílias um modelo sustentável de produção como, por exemplo, promover uma educação, extensão e gestão agrícola aliada a uma gestão de riscos e uso sustentável de recursos (VAN DER PLOEG, 2014).

Já no contexto brasileiro, permanece a necessidade de reestruturar os sistemas agroalimentares de forma sustentável, algo que tem sido abordado pela recente implementação do Programa de Consolidação de Assentamentos – Produzir Brasil, iniciado pelo Governo Federal em 2022, tal política pública pretende assegurar projetos atinentes da reforma agrária com o fomento na produção em cadeias de valor, assim ocasionando uma promoção econômica, ambiental e social nos assentamentos, pautando-se, especialmente na melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras para a produção diversificada de modo sustentável no território brasileiro (ANATER, 2021).

Assim, conclui-se que a os assentados da reforma agrária, e a agricultura familiar em geral, tem um papel importante a desempenhar em qualquer tentativa de avançar para caminhos de desenvolvimento sustentável, de forma que essas transições para a agricultura sustentável podem contribuir diretamente para várias dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assim sendo com a promoção da conscientização e o desenvolvimento de habilidades na manutenção da biodiversidade por meio de iniciativas descentralizadas é uma alternativa às políticas agroambientais tradicionais, posto que quando desenvolvida no âmbito da agricultura familiar, a produção agrícola sustentável traz características que expressam sua força como um espaço que favorece os recursos naturais, dada a sua tendência à produção diversificada, a integração entre atividades vegetais e animais, bem como a condução do trabalho em escalas menores.

6. Considerações finais

O objetivo deste estudo foi revisar a literatura, por meio de análise bibliométrica, sobre os impasses e desafios de implementação recentes sobre os assentamentos rurais, por meio da análise de artigos acadêmicos relevantes publicados nos últimos 5 anos. De forma que, políticas públicas e seus impasses de implementação nos assentamentos rurais de reforma agrária constituem temas importantes nas pesquisas sobre agricultura familiar que estão, ainda, relacionados em termos de conteúdo e relevância prática.

Assim, o artigo usou de forma abrangente os softwares CiteSpace e VOSviewer para análise e realizou uma análise visual do mapa de conhecimento da literatura a respeito do tema na base de dados Scopus. Os resultados da revisão da literatura mostram desafios impostos pelas mudanças ambientais globais no setor de alimentos, sendo essencial identificar e discutir iniciativas de políticas públicas que busquem fortalecer cadeias de valor que incorporem a agricultura sustentável de pequena escala.



Constata-se, ao mesmo tempo, que os resultados de pesquisas acadêmicas relacionados ao tema dos assentamentos rurais de reforma agrária alinhados às políticas públicas de fomento à agricultura familiar têm aumentado significativamente na última década, e esses resultados apresentam um significativo desenvolvimento positivo. Entre os pontos fortes da pesquisa está na análise dos autores que indicam suas discussões ao relacionar a Política de Reforma Agrária com a dinâmica do desmatamento, evidenciando deste modo um mecanismo de melhoria da infraestrutura dos projetos e viabilidade de acesso à informação de mercados dos produtos florestais e agrícolas.

No entanto, ante os resultados e discussões analisadas, destaca-se uma carência na literatura de políticas públicas direcionada a este segmento, através da conciliação de aspectos sociais, produtivos e ambientais, onde a premissa básica seja reduzir ou eliminar a pressão exercida sobre o meio ambiente, ao mesmo tempo, em que seja mantida a qualidade de vida das populações residentes nessas áreas.

Ressalta-se, também, que um dos problemas mais urgentes nas áreas rurais, especialmente da Chile e China, é a diminuição do número de empregos na agricultura e a urbanização desses territórios. Assim, ao promover a agricultura de pequena escala, o programa pode potencialmente reduzir a imigração de mão-de-obra a nível rural e setorial e, simultaneamente, abrir espaço no mercado para alimentos frescos e saudáveis para a população dentro e fora das áreas rurais.

Além disto, a proteção e fomentação das atividades dos agricultores familiares contra tratamento injusto por parte de grandes fornecedores de insumos e varejistas de alimentos, nesta perspectiva o apoio financeiro por meio de políticas públicas, oferta de crédito, ou seja, os bancos viabilizando investimentos para aumentar a capacidade adaptativa e inovadora da agricultura familiar. Assim, os governos podem ajudar de várias maneiras, por exemplo, doações e empréstimos a juros baixos, garantias de empréstimos, legislação clara para atividades de organização de microcrédito e cooperativas de crédito destes pequenos produtores assentados.

Nesse mesmo sentido, o Brasil tem almejado implementar um modelo que incentive alianças comerciais das famílias agricultoras assentadas ao mercado, assim como frisado anteriormente, recentemente no ano de 2022 o Programa de Consolidação de Assentamentos rurais – PPB foi instituído e merece atenção especial da academia.

Finalmente, o presente estudo revela que as políticas agrícolas envolvem uma ampla gama de instrumentos possíveis e variam enormemente em diferentes países e sub-regiões. Considerando que essa pesquisa se limitou a observar artigos publicados entre 2015 e 2022, recomenda-se para próximos estudos a inclusão de artigos escritos por autores precursores do tema, assim como ampliar os termos de busca.

7. Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (Brasil). 2021. **Programa Produzir Brasil será levado a mais de 6 mil famílias assentadas no Centro-Oeste**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.anater.org/index.php/2021/03/15/programa-produzir-brasil-sera-levado-a-mais-de-6-mil-familias-no-centro-oeste/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ALENCAR, Ane., *et al.* "Desmatamento nos assentamentos da Amazônia: histórico, tendências e oportunidades." Brasília: Iphan, 2016.



ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 251-285, 2020.

ALSTON, Lee J.; LIBECAP, Gary D.; MUELLER, Bernardo. A model of rural conflict: violence and land reform policy in Brazil. **Environment and Development Economics**, v. 4, n. 2, p. 135-160, 1999.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 56, p. 123-142, 2018.

CARAMURU, Thais Soares. Política social e emancipação humana no capitalismo contemporâneo: reflexões marxistas. **Argumentum**, v. 10, n. 2, p. 148-160, 2018.

CASIMIRO RODRÍGUEZ, Leidy; CASIMIRO GONZÁLEZ, José Antonio. How to make prosperous and sustainable family farming in Cuba a reality. **Elementa: Science of the Anthropocene**, v. 6, 2018.

CASTILLO, Mayarí *et al.* Public policies, sustainability, and smallholder producers' access to the market. The Productive Alliance Programme in Chile: A case study. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, p. 448, 2022.

DA SILVA MEDINA, Gabriel (ed.). Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico. **Goiânia: Editora UFG**, 2016.

DAVIDOVA, Sophia M.; THOMSON, Kenneth. Family farming: a Europe and Central Asia perspective. **University of Kent: Research report**, 2013.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; ROITMAN, Iris; DE OLIVEIRA, Luiz Guilherme. Especialização produtiva e rendimentos nos assentamentos da reforma agrária no norte do Mato Grosso. **RP 3 - Revista de Pesquisas em Políticas Públicas**, v. 1, p. 82-109, 2020.

FARIAS, Monique Helen Cravo Soare *et al.* Impact of rural settlements on the deforestation of the Amazon. **Mercator (Fortaleza)**, v.17, n. 5, p. 1-20. 2018.

FEARNSIDE, Philip Martin; YANAI, Aurora Miho; NOGUEIRA, Euler Melo; DE ALENCASTRO GRAÇA, Paulo Maurício Lima. Deforestation and carbon stock loss in Brazil's Amazonian settlements. **Environmental Management**, v. 59, p. 393-409, 2017.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Revista de economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 3, p. 777-805, 2007.

LI, Huanhuan; SONG, Wei. Evolution of rural settlements in the Tongzhou District of Beijing under the new-type urbanization policies. **Habitat International**, v. 101, p. 102-198, 2020.

LOPES, Débora Nogueira; SOUSA LOPES, Rachel Nogueira. Evaluation of the work of



technical assistance and rural extension in project of settlement of the agrarian reform: Case study of the Quilombo Dos Palmares Settlement Project-Touros/RN. 2018. Nome da revista e paginação, volume e ano.

LOWDER, Sarah K; CROPPENSTEDT, Andre; KNOWLES, Marco. Social protection and agriculture: Introduction to the special issue. **Global Food Security**, v. 16, p. 65-68, 2018.

OLIVEIRA, Larissa Cristina Moraes; ITO, Josielly Lima; SENÔ, Mirela Andrea Alves Ficher. Justiça social e a mulher negra na reforma agrária. **Faculdade de Direito de Ribeirão Preto Programa de Pós-Graduação em Direito**, 2020.

ORTIZ, Willington; VILSMAIER, Ulli; ACEVEDO OSORIO, Álvaro. The diffusion of sustainable family farming practices in Colombia: an emerging sociotechnical niche?. **Sustainability Science**, v. 13, p. 829-847, 2018.

PRADO JR, Caio. A questão agrária no Brasil. **São Paulo: Brasiliense**, v. 188. 1979.

ROCHA NETO, João Mendes da; BORGES, Djalma Freire. Coordinated public policies and coalition presidentialism: the case of PROMESO. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, p. 440-472, 2016.

SCHMITT, Claudia Job. Weaving the institutional market: the politics of food production in land reform settlements in Brazil. In: **Constructing a New Framework for Rural Development**. [S.L] Emerald Group Publishing Limited, 2015.

SUESS-REYES, Julia; FUETSCH, Elena. The future of family farming: A literature review on innovative, sustainable and succession-oriented strategies. **Journal of rural studies**, v. 47, p. 117-140, 2016.

MELO, Thainara Granero de; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Public policies for rural settlements: between idealized and possible practices. **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 61-84, 2018.

MUÑOZ, Cindy Marcela Guzmán; GÓMEZ, Miller Germán Solarte; SOARES, João Paulo Guimarães; JUNQUEIRA, Ana Maria Resende. Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **Revista de economia e sociologia rural**, v. 54, p. 361-376, 2016.

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: EDUNESP, 2008.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Diez cualidades de la agricultura familiar. **LEISA Revista de agroecología**, v. 29, n. 4, p. 6-8, 2014.

VERANO, Thiago de Carvalho; FIGUEIREDO, Reginaldo Santana; MEDINA, Gabriel da Silva. Agricultores familiares em canais curtos de comercialização: uma análise quantitativa das feiras municipais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, 2021.



WANG, Ziyang *et al.* Multidimensional poverty alleviation effect of different rural land consolidation models: A case study of Hubei and Guizhou, China. **Land Use Policy**, v. 123, p. 106-399, 2022.

WU, Stephanie Huo Ming. **A reforma agrária no período clássico da Roma antiga.** Orientador: Júlio César de Oliveira Vellozo. 2017. Iniciação científica. Faculdade de Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.